

**VOTO Nº 094/2020/SEI/DIRE1/ANVISA****ROP 18/2020, ITEM 5.1.2.1 - MANTIDO EM PAUTA****ROP 19/2020, ITEM 5.1.2.1 – MANTIDO DE PAUTA.****ROP 022/2020, ITEM DE PAUTA 5.1.2.1**

Processo nº 25351.945316/2019-91 (SEI)  
Expediente do pedido de Revisão de Ato: 0078530/20-2  
Expediente do Recurso nº 2637148/19-1  
Empresa: IMEC Indústria de Medicamentos Custódia Ltda  
CNPJ: 08.055.634/0001-53  
Assunto da Petição: Pedido de Revisão de Ato.

Em 12/05/2020 foi publicada a Resolução-RE nº 1.477, de 11 de maio de 2020, que revogou a Resolução-RE nº 2.969, de 22 de outubro de 2019, cuja retirada do efeito suspensivo é o objeto do presente pedido de Revisão de Ato. Perda de objeto do pedido de revisão de ato, pela existência de fato superveniente.

Relator: Antonio Barra Torres

**I. DO RELATÓRIO E ANÁLISE**

1. Trata-se de pedido de revisão de ato protocolado sob expediente Datavisa nº 0078530/20-2, em 09/01/2020, pela empresa IMEC - Indústria de Medicamentos Custódia Ltda., contra a decisão que retirou o efeito suspensivo do Recurso Administrativo interposto nos autos do processo nº 25351.945316/2019-91, o qual requer que o Despacho nº 3, de 7 de janeiro de 2020 seja declarado absolutamente nulo.
2. No período compreendido entre os dias 30/09/2019 a 04/10/2019 foi realizada a Inspeção Sanitária para fins de verificação do cumprimento das Boas Práticas de Fabricação da empresa Impetrante.
3. Da aludida inspeção foi publicada a Resolução-RE nº 2.969, de 22 de outubro de 2019, com o recolhimento voluntário, interdição cautelar, suspensão de fabricação de medicamentos.
4. No dia 09/01/2020 foi interposto Recurso Administrativo contra a retirada do efeito suspensivo, sob expediente nº 2480490/19-8, em face da Resolução-RE nº 2.817/2019 e expediente nº 2495157/19-9 em face da Resolução-RE nº 2.833/2019.
5. Em 17 de dezembro de 2019, foi incluído em pauta de julgamento a admissibilidade de

efeito suspensivo dos referidos recursos, ocasião na qual a decisão da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, entendeu pela retirada do efeito suspensivo com base no artigo 17, da Resolução-RDC nº 266/2019, passando, a vigorar a determinação de suspensão de fabricação de todos os medicamentos da empresa Impetrante, bem como o cancelamento de seu CBPF - Certificado de Boas Práticas Farmacêuticas.

6. Em 20/12/2019, a empresa protocolou o presente pedido de revisão de ato contra as citadas Resoluções da Diretoria Colegiada.
7. Ocorre que, em 12/05/2020, foi publicada a Resolução-RE nº 1.477, de 11 de maio de 2020, que revogou a Resolução-RE nº 2.969, de 22 de outubro de 2019, cuja retirada do efeito suspensivo é o objeto do presente pedido de Revisão de Ato, conforme segue:

*Art. 1º. Revogar a Medida Preventiva nº 9 do Anexo da Resolução-RE nº 2.969, de 22 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 207, de 24 de outubro de 2019, Seção 1, páginas 86 e 87, conforme anexo.*

8. Portanto, verifica-se que não há mais objeto a ser tratado uma vez que, como já relatado, a medida da qual se contesta a retirada de efeito suspensivo foi revogada.

## V. CONCLUSÃO DO RELATOR

9. Pelo exposto, voto pela perda de objeto do pedido de revisão de ato, pela existência de fato superveniente.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Barra Torres, Diretor-Presidente**, em 01/12/2020, às 18:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8539.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8539.htm).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anvisa.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **1248505** e o código CRC **B59F50EA**.